

# PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS 2014-2020

[RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2014-2015 DO PO SEUR]

**RESUMO PARA OS CIDADÃOS**



## ÍNDICE

1. Objetivos Estratégicos, Eixos Prioritários e Financiamento Disponível .....	3
2. Síntese da Execução do Programa .....	5
3. Resultados Alcançados .....	9
4. Principais Problemas e Medidas Adotadas .....	11

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EIXOS PRIORITÁRIOS E FINANCIAMENTO DISPONÍVEL

O PO SEUR é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2,2 mil milhões de euros de financiamento comunitário. A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

A estratégia preconizada para este Programa operacional traduz uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, assente em três pilares estratégicos:

### OT 4

#### Eixo Prioritário 1

##### **Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores**

757 Milhões de euros de Fundo de Coesão

### OT 5

#### Eixo Prioritário 2

##### **Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos**

401 Milhões de euros de Fundo de Coesão

### OT 6

#### Eixo Prioritário 3

##### **Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos**

1.045 Milhões de euros de Fundo de Coesão

Estes três pilares estratégicos, operacionalizados nos três eixos de atuação do PO SEUR, correspondem aos Objetivos Temáticos do domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (SEUR), contratualizados entre Portugal e a União Europeia através do Acordo de Parceria designado

“Portugal 2020”. Este Acordo espelha assim a estratégia nacional para o novo período de aplicação dos Fundos da União Europeia, a desenvolver no período de programação entre 2014 e 2020 (com execução até 2023), sucedendo ao QREN que esteve em vigor no período de programação entre 2007 e 2013 (com execução até 2015).

Cada Objetivo Temático (OT) desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) e Objetivos Específicos (OE).

O PO SEUR inclui ainda um Eixo Prioritário 4, denominado “Assistência Técnica”, que se destina a financiar a realização das atividades inerentes ao desenvolvimento das competências e tarefas de gestão e controle e de divulgação do Programa e dos apoios disponíveis e resultados atingidos,

A avaliação dos indicadores de realização é relevante para a avaliação de desempenho a realizar em 2019, como base nas metas a atingir em 31-dez-2018 e posteriormente em 31-dez-2023. A avaliação final dos resultados e dos impactos dos apoios comunitários será feita através da comparação entre o contributo dos resultados atingidos pelos vários projetos financiados e as metas traçadas para 2023, indicadas no quadro seguinte.

#### VALORES DE FUNDO DE COESÃO

Distribuição indicativa por objetivos:



#### METAS PARA 2023:

- | 35 % | Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM
- | 863 Mw | Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional
- | 198.196 tep | Consumo de energia primária nos edifícios da administração central
- | 1.992.776 tep | Consumo de energia primária na habitação (particulares)
- | 20 % | Taxa de penetração de sistemas de contagem
- | 1,4 % | Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos
- | 33.663 | N.º de Veículos elétricos

#### VALORES DE FUNDO DE COESÃO

Distribuição indicativa por objetivos:



#### METAS PARA 2023:

- | 30 % | Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos
- | 9 km | Linha de costa continental em situação crítica de erosão
- | <50 | Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas]

#### VALORES DE FUNDO DE COESÃO

Distribuição indicativa por objetivos:



#### METAS PARA 2023:

- | 50 % | Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis
- | 35 % | Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995
- | 70 % | % nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior"
- | 75 % | Índice das melhorias nos sistemas de AA Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa
- | 69 % | Índice das melhorias nos sistemas de SAR Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa
- | 83 % | Índice das melhorias nos sistemas de AA Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta
- | 80 % | Índice das melhorias nos sistemas de SAR Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta
- | 70 -75 % | Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats
- | 50 % | Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários
- | 89 % | Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários

## SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Tendo o POSEUR sido aprovado por Decisão comunitária em 16-dez-2014, o ano de 2015 concentrou as principais atividades preparatórias da operacionalização, nomeadamente as iniciativas de comunicação e de divulgação do novo Programa aos potenciais beneficiários e cidadãos em geral, nas várias regiões abrangidas.

Foram também realizadas em 2015 as principais atividades de preparação dos instrumentos de gestão e controle, incluindo o desenvolvimento do sistema de informação e sua interoperabilidade com o Portal Único do Portugal 2020, a elaboração dos manuais internos e de apoio aos beneficiários, preparação do Regulamento Específico das áreas de intervenção do Domínio Temático SEUR (aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro), a preparação dos Critérios de Seleção das candidaturas, aprovados pelo Comité de Acompanhamento, bem como a definição da bateria de Indicadores de realização e resultado a aplicar ao nível das operações, em linha com as metas de realização e de resultado fixadas no POSEUR para cada tipologia de intervenção.

Para além das tarefas organizacionais referidas, a Autoridade de Gestão do POSEUR entendeu que o ano de 2015 deveria já permitir a apresentação de candidaturas pelos seus potenciais beneficiários e a aprovação de operações, de modo a permitir a plena operacionalização dos financiamentos previstos no Programa e prossecução dos resultados previstos.

Com efeito, no ano de 2015 deu-se início à abertura do POSEUR à apresentação de candidaturas em todos os Eixos Prioritários e Prioridades de Intervenção em que tal foi possível, pela inexistência de condicionalidades prévias à aprovação de candidaturas. Assim, e não obstante as dificuldades encontradas, foram abertos ao longo de 2015 (de fevereiro a novembro) 32 Avisos para a apresentação de candidaturas, através dos quais foi disponibilizado um montante total de Fundo de Coesão de 577,6 Milhões de euros, o qual representa uma parte significativa (25,6%) do total dos Apoios da União Europeia programados no POSEUR, para todo o período de programação (2014 – 2020).

Ao abrigo destes Avisos foram submetidas ao POSEUR 287 candidaturas que abrangeram 374,6 Milhões de euros de Fundo de Coesão, evidenciando assim uma elevada procura em relação aos financiamentos deste Programa, embora evidencie algumas disparidades nos diversos Eixos do Programa, com uma grande relevância no Eixo 3 – Proteger o Ambiente e promover a eficiência de recursos, no qual foram apresentadas 194 candidaturas com 264,5 Milhões de euros de Fundo de Coesão, seguido do Eixo 2, no qual foram apresentadas 91 candidaturas que solicitaram 90,1 Milhões de euros.

Foram já aprovadas em 2015 pela Autoridade de Gestão do POSEUR, um total de 27 operações, que representaram um montante total de Fundo de Coesão comprometido de 109 Milhões de euros, o qual corresponde já a 4,8% da dotação total programada no PO SEUR para todo o período 2014 - 2020.

A abertura de avisos para a apresentação de candidaturas envolveu durante o ano de 2015, os quatro Eixos Prioritários do POSEUR, de modo a assegurar uma cobertura o mais generalizada possível das várias Prioridades de Investimento e Tipologias de Intervenção prioritárias.

Apresenta-se no quadro seguinte, por Eixo e por Prioridade de Investimento, o resumo das aberturas de avisos e das candidaturas submetidas e aprovadas em 2015:

Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento	Avisos abertos		Candidaturas apresentadas		Candidaturas aprovadas		Candidaturas não aprovadas e desistidas		Candidaturas em análise 31-dez-2015	
	Nº de Avisos	Fundo Coesão	Nº de Candidaturas	Fundo Coesão	Nº de Candidaturas	Fundo Coesão	Nº de Candidaturas	Fundo Coesão	Nº de Candidaturas	Fundo Coesão
<b>Eixo 1 Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores</b>	<b>3</b>	<b>51.100.000,00</b>	<b>1</b>	<b>34.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1</b>	<b>34.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
4.i Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	1	45.000.000,00	1	34.000,00	0	0,00	1	34.000,00	0	0,00
4.iii Apoio à Eficiência Energética, à gestão inteligente da energia e utilização das energias renováveis nos edifícios da Administração Central e na Habitação Particular	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
4.iv Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
4.v Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável	2	6.100.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Eixo 2 Promover a adaptação às alterações e a prevenção e gestão de riscos</b>	<b>13</b>	<b>156.498.000,00</b>	<b>91</b>	<b>90.116.256,00</b>	<b>8</b>	<b>52.778.828,56</b>	<b>14</b>	<b>4.190.294,59</b>	<b>69</b>	<b>31.966.816,45</b>
5.1 Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	3.000.000,00	1	3.000.000,00	0	0,00	0	0,00	1	3.000.000,00
5.2 Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	12	153.498.000,00	90	87.116.256,00	8	52.778.828,56	14	4.190.294,59	68	28.966.816,45
<b>Eixo 3 Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos</b>	<b>15</b>	<b>349.982.500,00</b>	<b>194</b>	<b>264.480.121,57</b>	<b>18</b>	<b>36.265.848,43</b>	<b>2</b>	<b>2.979.845,00</b>	<b>174</b>	<b>224.188.014,15</b>
6.i Investimentos no setor dos Resíduos	2	160.000.000,00	8	9.455.246,76	0	0,00	0	0,00	8	9.455.246,76
6.ii Investimentos no setor da Água	6	138.132.500,00	137	210.057.106,35	12	30.988.866,78	2	2.979.845,00	123	175.127.498,90
6.iii Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos	5	13.850.000,00	42	13.885.573,71	6	5.276.981,65	0	0,00	36	8.523.073,74
6.4 Adoção de medidas destinadas recuperação de Passivos Ambientais	2	38.000.000,00	7	31.082.194,75	0	0,00	0	0,00	7	31.082.194,75
<b>Eixo 4 - Assistência Técnica</b>	<b>1</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>1</b>	<b>19.999.923,00</b>	<b>1</b>	<b>19.999.923,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAIS POSEUR</b>	<b>32</b>	<b>577.580.500,00</b>	<b>287</b>	<b>374.630.300,57</b>	<b>27</b>	<b>109.044.599,99</b>	<b>17</b>	<b>7.204.139,59</b>	<b>243</b>	<b>256.154.830,60</b>

Dada a proximidade da aprovação da maioria das candidaturas em relação ao final do ano, ainda não existiam em 31-dez-2015 indicadores de execução financeira.

No âmbito do **Eixo 1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores**, foram abertos três Avisos para apresentação de candidaturas, um para permitir a submissão do Grande Projeto relativo à construção da Central Hidroelétrica da Calheta, na Região Autónoma da Madeira, e dois outros para a área de intervenção da mobilidade sustentável, tendo um por objetivo promover a mobilidade urbana sustentável através da mobilidade elétrica, e outro para promover a utilização de transportes ecológicos e a mobilidade urbana sustentável através da mobilidade suave.

No âmbito do Aviso/Convite relativo à mobilidade elétrica foi apenas apresentada uma candidatura por uma entidade não elegível, que foi reprovada, pelo que não se verificou a aprovação de qualquer

operação. A entidade gestora da rede de mobilidade elétrica (MOBI.E), convidada a apresentar candidatura destinada à atualização tecnológica dos postos de carregamento elétricos públicos existentes, encontrava-se a aguardar a conclusão do processo de transferência da titularidade dos postos da rede pública pelo que não foi apresentada candidatura, prevendo-se a abertura de um novo aviso com idêntico objetivo no decurso de 2016.

Os restantes dois Avisos ainda se encontravam abertos no final de 2015, sem candidaturas apresentadas.

No que respeita à implementação do Eixo 1, os principais problemas prendem-se com o facto de ter uma programação financeira em que cerca de 30% do financiamento comunitário total previsto no Eixo (757 Milhões de euros) será implementada através de Instrumentos Financeiros, cuja montagem e operacionalização é morosa, não tendo sido possível até ao final de 2015 a sua implementação na área de intervenção relativa à Eficiência Energética na Administração Pública Central e na Habitação Particular.

No entanto, até ao final de 2015, foi possível submeter ao Comité de Acompanhamento dos vários Programas Operacionais intervenientes no Instrumento Financeiro da Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) a estratégia para a implementação deste Fundo e Critérios de Seleção a aplicar para a seleção das candidaturas a apresentar pela Entidade Gestora do – IFRRU e para a seleção dos Intermediários Financeiros do IFRRU 2020, o qual incorpora uma contribuição do POSEUR para as medidas de eficiência energética na habitação particular, desde que enquadradas em zonas abrangidas por Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDUs).

De referir ainda no que respeita ao Eixo 1 que não foi possível até ao final de 2015 resolver os constrangimentos decorrentes de não ter sido possível assegurar o cumprimento da condicionalidade ex-ante, relativa à transposição da Diretiva 2010/31/EU para a legislação nacional, em matéria de eficiência energética em edifícios, o que impede a aprovação de candidaturas no POSEUR que abrangem investimentos no âmbito da Eficiência Energética na Administração Central e na Habitação Particular, até ao reporte pela Comissão Europeia do cumprimento da referida condicionalidade, o que só se prevê alcançar em 2016.

**No âmbito do Eixo 2 – Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de Riscos**, foram abertos treze Avisos para a apresentação de candidaturas, que disponibilizaram 156,5 Milhões de euros de Fundo de Coesão, nas seguintes Prioridades de Investimento: Na PI 5.1 *Adaptação às Alterações Climáticas* foi aberto um Aviso e na PI 5.2 *Prevenção e Gestão de Riscos*, foram abertos doze Avisos com a seguinte distribuição: Proteção do Litoral (dois); Redução de riscos de Incêndios Florestais (quatro), respeitando um ao Grande Projeto destinado à Aquisição de meios aéreos e os outros três a intervenções na rede de infraestruturas para reforço da operacionalidade e instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios; Redução dos riscos de cheias e inundações (um para intervenções no Continente e dois para intervenções na RAM); Redução dos Riscos associados à redução de movimentos de massas em vertentes ameaçadas (dois); Instrumentos de planeamento e monitorização na área de Prevenção e Gestão de Riscos (um).

No âmbito destes Avisos, o interesse por parte das entidades beneficiárias foi bastante relevante, tendo sido apresentadas 91 candidaturas, que envolveram 90,1 Milhões de euros e abrangeram diversas Tipologias de intervenção, nomeadamente a Prioridade de Investimento 5.1 Adaptação às Alterações Climáticas (1 candidatura) e, dentro da Prioridade de Investimento 5.2, duas candidaturas no domínio da Proteção do Litoral, seis na área da Redução dos riscos de cheias e inundações na RAM, 81 no



domínio da Redução de riscos de Incêndios florestais e uma na área da Redução dos Riscos associados a movimentos de massas em vertente.

Foi possível até ao final de 2015, aprovar oito candidaturas no âmbito do Eixo Prioritário 2, com um compromisso de 52,7 Milhões de euros de Fundo de Coesão, distribuídas pela área de intervenção Proteção do Litoral (18,2 Milhões de euros), Redução de Riscos de Incêndios Florestais (0,3 Milhões de euros) e Redução do Risco de Cheias e inundações na Região Autónoma da Madeira (34,2 Milhões de euros).

No âmbito do **Eixo 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos**, foram abertos em 2015 quinze Avisos para a apresentação de candidaturas em todas as Prioridades de Investimento deste Eixo, sendo dois na área de Valorização de Resíduos (um respeitando ao Grande Projeto do Ecoparque da Ilha de S. Miguel, na Região Autónoma dos Açores, e o outro relativo a intervenções nas regiões do continente), cinco no domínio da Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, a realizar na Região Autónoma da Madeira (Abastecimento de Água e Saneamento) e nas regiões do continente (Tratamento de Águas Residuais e elaboração de Cadastros das Infraestruturas em Baixa de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais), um na área da Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos e cinco na área da Conservação da Natureza, bem como dois Avisos no domínio da Recuperação dos Passivos Ambientais.

No âmbito destes Avisos, foram apresentadas 194 candidaturas, das quais oito na área de Valorização de Resíduos, quarenta e seis no domínio do Tratamento de Águas Residuais, oitenta e cinco na área dos Cadastros das Infraestruturas dos Sistemas em Baixa do Ciclo Urbano da Água, cinco no domínio do Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais na RAM, uma para avaliação do estado das massas de água, e quarenta e duas na área de Conservação da natureza e recursos geológicos e sete no domínio da Recuperação de Passivos Ambientais.

Foram aprovadas dezoito candidaturas, com um compromisso total de 36,3 Milhões de euros de Fundo de Coesão, distribuídas pelos seguintes domínios: Tratamento de Águas Residuais (27,6 Milhões de euros), Melhoria da qualidade das massas de água (3,4 Milhões de euros) e Conservação da natureza e recursos geológicos (5,3 Milhões de euros).

No âmbito do **Eixo 4 – Assistência Técnica** foi aberto um Aviso em 2015, destinado à apresentação de candidatura para assegurar cofinanciamento dos custos inerentes ao desenvolvimento das atividades, atribuições e competências que cabem à Autoridade de Gestão do POSEUR e ao funcionamento do Secretariado Técnico deste Programa. Foi assim aprovada no ano transato a candidatura apresentada pela Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, que é a entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo à Autoridade de Gestão deste Programa, visando o cofinanciamento comunitário dos custos inerentes ao funcionamento e à realização das competências e atribuições desta Autoridade de Gestão, abrangendo grande parte do período de execução do POSEUR (2015 – 2019) e que envolve, por esta razão, um montante de Fundo de Coesão próximo de 20 Milhões de euros.



## RESULTADOS ALCANÇADOS

Resumo dos Indicadores de Realização e Resultado contratados face às metas previstas no Programa

Ao nível dos Indicadores de Realização e de Resultado já contratados com os beneficiários a 31-dez-2015, os mesmos são ainda pouco expressivos face às metas previstas no Programa, tendo em conta que àquela data estavam-se aprovadas 27 operações que envolvem 109 milhões de euros de Fundo de Coesão, das quais apenas um pequeno número de operações se encontrava com Termo de Aceitação assinado.

No Eixo Prioritário 1 não existiam candidaturas aprovadas no final do ano transato.

No Eixo prioritário 2 encontravam-se aprovadas no final de 2015 um total de oito candidaturas, com um compromisso total de 52,8 Milhões de euros, as quais não se encontravam ainda formalmente contratadas com as entidades beneficiárias à data de 31-dez-2015, pelo que não podemos referir informação sobre realizações contratadas. No entanto, as operações aprovadas já permitem perspetivar o contributo para os seguintes indicadores de realização: 1,62 km de extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens; População que beneficia de medidas de proteção contra inundações: 125.267 pessoas e População que beneficia de proteção contra incêndios florestais: 50.681 pessoas.

No Eixo Prioritário 3 encontravam-se aprovadas no final de 2015 dezoito candidaturas, com um compromisso total de 36,3 Milhões de euros de Fundo de Coesão. No que respeita às operações já com Termo de Aceitação assinado, verificamos que existem contributos significativos ao nível dos indicadores *População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa* (250.419 equivalente de população com melhorias no serviço) e *Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos* (1.563.939 hectares cartografados). Também no âmbito do Eixo 3, existe um conjunto de operações já aprovadas e ainda não contratadas que permite perspetivar o seguinte contributo para as realizações relativas à Prioridade de Investimento 6.ii- Setor da Água: 9.307 de equivalente de população adicionalmente servidas pelas melhorias dos sistemas de saneamento de águas residuais em alta e mais 258.299 de equivalente de população adicionalmente servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa.

Faz sentido neste ponto dar conta da avaliação possível neste momento sobre se os progressos realizados e previstos no final de 2015 serão suficientes para perspetivar o atingir das Metas previstas no POSEUR, indicando-se as medidas corretivas eventualmente necessárias.

Com efeito, apesar do nível de implementação do Programa ainda não ser muito expressivo em 31-dez-2015, existem algumas situações que devem merecer especial atenção desde já, uma vez que se detetou a necessidade de corrigir algumas metas e se perspetivam dificuldades na concretização de outras, carecendo de ajustamentos a propor na primeira reprogramação do POSEUR.

Prevê-se assim a necessidade de ajustar a meta intercalar e final do indicador de realização **Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis**, tendo em conta os custos de investimento de projetos-piloto assentes em tecnologias de produção emergentes ou pouco disseminadas.

Verificam-se também alguns constrangimentos e atrasos no avanço da implementação das medidas de eficiência energética na habitação particular, que são suscetíveis de prejudicar o atingir das metas de realização previstas para o indicador **Agregados familiares com consumo de energia melhorado**. Essas dificuldades prendem-se com a situação inerente à forma de financiamento (através de Instrumentos Financeiros) associada às medidas de eficiência energética na habitação particular, cuja montagem e operacionalização é morosa, não tendo sido possível até ao final de 2015 a sua implementação, conforme já referido.

No que respeita aos indicadores de realização **Equipamentos Aéreos Adquiridos** e **População que Beneficia de Riscos Contra Incêndios**, estão a ser ponderadas as várias opções de política pública no que respeita às medidas que deverão ser concretizadas para a diminuição das vulnerabilidades do território associadas ao risco de incêndios florestais, visando a adoção da melhor opção numa perspetiva de custo-benefício, a qual poderá vir a determinar o ajustamento do quadro dos indicadores do Eixo 2.

No âmbito do indicador **Melhoria do Conhecimento sobre o Estado de Conservação e dos Estatutos de Ameaça em Espécies e Habitats**, estão identificados alguns problemas técnicos que requerem correção ao nível da designação do indicador e da *baseline*.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS E MEDIDAS ADOTADAS

Síntese dos principais problemas identificados na implementação do Programa que condicionaram os resultados alcançados e das principais medidas adotadas para a sua resolução

No que respeita aos principais problemas identificados na implementação do Programa que condicionaram os resultados alcançados, temos a referir, em primeiro lugar, as dificuldades decorrentes da pesada sobreposição que se verificou em 2015, entre a fase de arranque do POSEUR e fase final de execução e de preparação do encerramento do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), o qual teve no ano transato um dos mais elevados níveis de execução, por corresponder ao limite temporal de elegibilidade deste Programa do QREN.

Com efeito, a sobreposição temporal verificada em 2015, do arranque do POSEUR com encerramento do POVT (responsabilidade também cometida à Autoridade de Gestão do POSEUR) e o défice de recursos humanos daí resultantes, constituiu, porventura, o mais forte condicionamento a um mais significativo arranque do novo Programa. Não obstante o reforço do contingente autorizado em 10 elementos para o Secretariado Técnico, não foi possível em 2015 concluir o respetivo processo de recrutamento, pelo que ficámos limitados aos recursos humanos que transitaram do POVT.

Continuaram também a verificar-se os efeitos da morosidade de realização dos processos de autorização prévia ao lançamento dos procedimentos de contratação pública e restrições orçamentais por parte das entidades beneficiárias do POSEUR que pertencem ao domínio público, nomeadamente das que fazem parte da Administração Central e Local, as quais constituem uma das mais relevantes tipologias de beneficiários deste Programa.

Durante o ano de 2015 mantiveram-se assim as dificuldades de arranque dos projetos por parte da maioria dos beneficiários elegíveis ao Programa, em resultado das quais foram já apresentados pedidos de autorização para prolongamento do prazo inicial de 180 dias após a assinatura do Termo de Aceitação para dar início à execução das operações aprovadas. Estes atrasos no início da realização dos projetos provocam também atrasos na conclusão das operações e no cumprimento das metas fixadas.

Por outro lado, destaca-se ainda ao nível da capacidade financeira e orçamental de investimento dos principais beneficiários do POSEUR, os efeitos resultantes da sobreposição com a finalização dos projetos cofinanciados no âmbito do anterior Quadro de Programação do QREN, situação que se verificou em 2015 e que condicionou a alocação de recursos financeiros e humanos dos beneficiários para os investimentos do novo Quadro, constituindo assim um fator relevante para o atraso no início da execução financeira dos projetos aprovados.

Estas circunstâncias foram limitadoras da execução do POSEUR, por restringirem transversalmente a capacidade de muitos promotores para assumirem a realização de despesa inerente à execução dos novos projetos.

Em termos de cumprimentos das condicionalidades ex-ante previstas no Acordo de Parceria do Portugal 2020 e no POSEUR, é de referir que, no final de 2015, encontravam-se cumpridas as três condicionalidades ex-ante Gerais e foram reportadas à Comissão Europeia as informações relevantes

para o levantamento de três condicionalidades ex-ante temáticas, que se referem aos seguintes aspetos: Aprovação de Legislação Nacional que assegure a adequada transposição da Diretiva 2010/31/UE, no domínio da Eficiência Energética em Edifícios; Elaboração do estudo sobre as vulnerabilidades e respostas para as alterações climáticas no Arquipélago da Madeira; Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020). Estamos em crer que em 2016 estas condicionalidades merecerão resposta favorável.

Estão também a ser implementadas todas as medidas para assegurar o cumprimento da condicionalidade ex-ante aplicável ao Setor da Água, através da atualização da avaliação económica da utilização da água nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica no Continente, Madeira e Açores (a cumprir até 31-dez-2016).

Foram também dados em 2015 os principais passos no domínio da implementação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), através da realização de uma cadeia de processos prévios de articulação estratégica, planeamento e programação, envolvendo vários atores, nomeadamente os diversos Programas com a mesma incidência no território e as Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM). Esta circunstância requereu a participação de diversos parceiros na formulação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão.

Face a estas dificuldades, a Autoridade de Gestão do POSEUR procurou criar condições para agilizar os processos de negociação com as CIM e AM, promovendo reuniões de articulação que visaram chegar a acordo em matéria de afetação dos Fundos alocados pelo POSEUR às Prioridades de Investimento previstas neste Programa para os Investimento Territoriais Integrados (ITI), privilegiando as intervenções mais prioritárias e integradas, a desenvolver ao nível territorial de cada CIM ou AM, correspondendo às necessidades mais prementes. Após este processo, foram celebrados em 2015 os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão com a maioria das CIM e a Área Metropolitana de Lisboa, que abrangem as Prioridades de Investimento previstas no POSEUR.

Foi aprovado em 27-fev-2015 o Regulamento Específico do Domínio Temático SEUR, através da Portaria n.º 57-B/2015. Posteriormente, foi aprovada uma alteração a este diploma, através da Portaria n.º 404-A/2015, de 18-nov-2015, na qual se procurou estabelecer uma melhor aderência ao texto dos Programas, nas seguintes áreas de intervenção relevantes para o POSEUR: Eficiência e diversificação energética nos transportes públicos e promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável; Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos; Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água.

Os desenvolvimentos realizados no Sistema de Informação do POSEUR permitiram, de um modo geral, obter as funcionalidades necessárias ao novo Programa, com especial prioridade para os módulos relativos à fase inicial da sua implementação, nomeadamente apresentação e análise de candidaturas, submissão e verificação dos procedimentos de contratação pública e de pedidos de pagamento, nos momentos oportunos, ainda que, num ou noutro caso, com recurso a soluções de contingência (exemplo: pagamentos).

Contudo, cumpre salientar alguns constrangimentos decorrentes da utilização de uma plataforma única para o PT2020 (Balcão 2020), pelos beneficiários e Autoridades de Gestão, o que obrigou a posições concertadas por parte das várias Autoridades de Gestão responsáveis por estes Fundos, trazendo maior morosidade ao processo de desenvolvimento desta plataforma e à adaptação dos sistemas de informação de cada Autoridade de Gestão.

Um dos aspetos que teve relevância em 2015 foi a necessidade de assegurar a participação dos elementos do Secretariado Técnico em diversas ações de formação, visando a preparação técnica para novas matérias com especial relevância no POSEUR, nomeadamente Instrumentos Financeiros e Auxílios de Estado, que comportam exigências regulamentares complexas que problematizam práticas regulares e customizadas pela equipa técnica.

Foi também necessário em 2015 construir uma bateria de Indicadores de realização e de resultado, para todos os domínios de intervenção do Programa que refletissem as exigências acrescidas decorrentes da nova orientação para os resultados e sua contratualização com os beneficiários.

Todas estas novas áreas de trabalho que exigiram a atualização do conhecimento técnico dos membros da Comissão Diretiva e do Secretários Técnicos e muita articulação com diversas entidades, condicionaram o arranque do POSEUR, nomeadamente ao nível da abertura de Avisos e dos prazos de análise das candidaturas resultantes de avisos lançados em 2015.

Ao nível da gestão, merece ainda destaque a preparação da delegação de competências da Autoridade de Gestão no Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) da Região Autónoma da Madeira, que se constituiu como o único Organismo Intermédio do POSEUR.

Nos termos regulamentares, a Autoridade de Gestão desenvolveu também no decorrer de 2015 as tarefas necessárias à elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, que visa assegurar a Designação pela Autoridade de Auditoria (IGF). Foi apresentada a primeira versão em 15-out-2015 e a versão revista em 11-dez-2015. Posteriormente, lá em 2016 foram promovidas sessões de trabalho com a Autoridade de Auditoria, estando a ser finalizada a versão final da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo no corrente mês de maio para efeitos de Designação, podendo, a partir daí ser certificada à Comissão Europeia despesa executada no âmbito deste Programa, o que se espera poder realizar até ao final do 1.º semestre de 2016.